MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE

**A VINCULATIVIDADE E O CONTROLE DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DA
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2018

MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE

**A VINCULATIVIDADE E O CONTROLE DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DA
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito do Estado, sob a orientação do Professor Titular Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

LEFÈVRE, Mônica Bandeira de Mello.

A vinculatividade e o controle dos acordos substitutivos da decisão administrativa/
Mônica Bandeira de Mello Lefèvre; orientador Professor Titular Dr. Fernando Dias Menezes
de Almeida – São Paulo, 2018.

265 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) –
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

Versão original

1. Administração Pública. 2. Consensualidade 3. Acordos substitutivos. 4.
Vinculatividade. 5. Controle. I. Lefèvre, Mônica Bandeira de Mello, orientador Prof. Titular
Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida. II. A vinculatividade e o controle dos acordos
substitutivos da decisão administrativa.

MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE

**A VINCULATIVIDADE E O CONTROLE DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DA
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professor(a) Doutor(a)	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Assinatura:	_____

Professor(a) Doutor(a)	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Assinatura:	_____

Professor(a) Doutor(a)	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Assinatura:	_____

Aos meus pais e ao Renato, pelo apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o encerramento de uma importante etapa da minha trajetória acadêmica, refletindo uma ínfima parcela do aprendizado adquirido e maturado ao longo do mestrado.

Primeiramente, devo um agradecimento especial ao professor Fernando Dias Menezes de Almeida, de quem tive a honra de ser orientanda. Os brilhantes ensinamentos em sala de aula, o comprometimento com a profundidade científica e a permanente disponibilidade para com os seus alunos e orientandos reforçaram ainda mais a minha (já antiga) admiração. Agradeço imensamente pela acolhida, pelas valiosas contribuições e, por fim, pela oportunidade de vivenciar o Largo São Francisco.

Por todas as considerações na banca de qualificação, agradeço aos professores Floriano de Azevedo Marques Neto e Marcos Augusto Perez, cujas relevantes colaborações auxiliaram significativamente na estruturação e no desenvolvimento da pesquisa.

A conclusão da dissertação não teria sido possível sem o auxílio de meus colegas de escritório, em especial Felipe Sripes Wladeck, Guilherme F. Dias Reisdorfer, Isabella Moreira de Andrade Vosgerau, Daniel Siqueira Borda e Marina Kukiela, que assumiram diversas das minhas atribuições em meus períodos de estudo. Obrigada pela amizade, compreensão e tolerância nos momentos de ausência. Agradeço também ao Rafael Wallbach Schwind, por todo o incentivo e pela disposição em colaborar com a revisão final do trabalho. Não posso deixar de destacar o apoio constante de toda a equipe que integra a Justen, Pereira Oliveira e Talamini – Sociedade de Advogados, agradecendo sempre aos professores Eduardo Talamini e Marçal Justen Filho, que tenho como fontes de inspiração.

À Mayara Gasparoto Tonin, companheira de jornada, obrigada pelo compartilhamento de experiências, pelas lições de vida, pela positividade sem fim e por sempre estar disposta a me tranquilizar e a combater as minhas ansiedades e preocupações. Você foi essencial para tornar essa experiência mais leve e divertida.

Registro, ainda, a minha eterna gratidão aos meus pais, Marcos e Eunice, pelo apoio e incentivo incondicionais. A eles devo quem eu sou e tudo o que conquistei.

Por último, o meu mais especial agradecimento é dedicado ao Renato, que desperta o que há de melhor em mim e toma como suas as minhas prioridades, sem jamais hesitar em me dar o suporte e o carinho sem os quais nada seria possível. Muito obrigada por ser sempre o meu porto seguro!

LEFÈVRE, Mônica Bandeira de Mello. **A vinculatividade e o controle dos acordos substitutivos da decisão administrativa**. 265 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2018.

RESUMO

Os acordos substitutivos, que compõem o objeto central da presente dissertação, apresentam-se como relevantes instrumentos de operacionalização da consensualidade no âmbito da atuação administrativa. Por meio destes, a Administração opta por transacionar com o particular para atingir o resultado pretendido, substituindo a decisão unilateral e imperativa que lhe cabe por um acordo de vontades, que consolida o conjunto de direitos e obrigações considerado satisfatório por ambas as partes diante do caso concreto. O trabalho objetiva dar um passo adiante na reflexão acerca dos limites à modificação e revisão dos compromissos consensualmente firmados entre os sujeitos público e privado, inclusive com vistas a identificar possíveis parâmetros de estabilidade e previsibilidade a serem observados. Diante dessa perspectiva, pretende-se delinear as premissas da análise a ser desenvolvida e os novos paradigmas que permeiam o agir administrativo, a fim de expor o cenário da consensualidade em âmbito pátrio. Em seguida, a pesquisa busca examinar a natureza jurídica de tais ajustes, bem como a sua relação com a legalidade - tanto sob a ótica da (des)necessidade de autorização legal específica para a sua celebração, como à luz da sua importância enquanto mecanismos de criação normativa. Tendo como pressuposto que a Administração tem o dever de adotar a melhor solução possível frente às circunstâncias concretamente consideradas, a análise busca verificar não só a margem de liberdade que recai sobre o agente no que diz respeito à escolha do instrumento consensual, mas também as consequências dessa opção, em vista da natureza vinculante dos módulos convencionais. Por fim, procura-se examinar a questão atinente ao controle do agir consensual, com o intuito de detectar os limites à convalidação e ao desfazimento das estipulações entabuladas entre as partes.

Palavras-chave: consensualidade; Administração Pública; acordos substitutivos; estabilidade; vinculatividade; e controle.

LEFÈVRE, Mônica Bandeira de Mello. **The binding nature and the control of substitutive agreements**. 265 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2018.

ABSTRACT

The substitutive agreements, which constitute the main object of this essay, are presented as relevant instruments for the operationalization of consensuality within the scope of administrative actions. By means of these, Public Administration chooses to negotiate with private entities in order to achieve the results desired, replacing the unilateral and imperative decision by this consensual agreement, which consolidates the set of rights and obligations considered satisfactory by both parties in a given case. This work aims to take a step forward in the analysis of the limits to the modification and revision of the commitments consensually signed between public and private entities, for the purpose of identifying possible parameters of stability and predictability to be taken into account. In this perspective, it is intended to outline the premises of the analysis and the new paradigms that permeate the administrative action, in order to disclose the scenario of consensuality in Brazil. Moving forward, the research seeks to examine the legal nature of such agreements, as well as their relation to legality - both from the point of view of the need (or lack thereof) for specific legal authorization for their conclusion, and in light of their importance as mechanisms of normative creation. Assuming that the Administration has a duty to adopt the best possible solution in any given circumstances, the analysis seeks to verify not only the freedom of the public agent with regard to the choice of the appropriate consensual instrument, but also the consequences of such choice, in view of the binding nature of the substitutive agreements. Finally, the work examines the issue of controlling such consensual actions, in order to detect the limits to validate and annul the agreements formalized by the parties.

Keywords: consensuality; Public Administration; substitutive agreements; stability; binding; control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 PREMISSAS GERAIS: OS NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	27
2.1 O DIREITO ADMINISTRATIVO E A CONSTRUÇÃO DA BIPOLARIDADE	28
2.1.1 O eixo condutor do direito administrativo: proteção das liberdades <i>versus</i> garantia da autoridade	28
2.1.2 A inclinação do direito administrativo para o polo da autoridade	34
2.2 A RECONFIGURAÇÃO DOS MECANISMOS DE ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO ESTATAL: SUPERAÇÃO DO PARADIGMA BIPOLAR.....	39
2.2.1 A ampliação das tarefas públicas e a insuficiência do direito legislado.....	39
2.2.2 O reposicionamento da legalidade e a evolução das fontes normativas.....	43
2.2.3 A fragmentação dos interesses postos à cura da Administração Pública e o envolvimento dos administrados na realização dos fins públicos.....	47
2.3 O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES MULTIPOLARES E A ABERTURA À CONSENSUALIDADE	50
2.3.1 Cenário brasileiro: a gradativa evolução do modelo de consensualidade no ordenamento jurídico pátrio	53
2.3.2 Os instrumentos de operacionalização da consensualidade.....	60
3 OS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DA DECISÃO UNILATERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	65
3.1 A NATUREZA JURÍDICA DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS.....	67
3.1.1 Os acordos substitutivos como transações civis ou híbridas	69
3.1.1.1 A equiparação dos módulos convencionais substitutivos da decisão administrativa às transações disciplinadas pelo Código Civil	69
3.1.1.2 As dificuldade decorrentes do posicionamento manifestado	72
3.1.2 Os acordos substitutivos como atos administrativos	74
3.1.2.1 O enquadramento dos módulos substitutivos como atos administrativos.....	74
3.1.2.2 A inafastável relevância do acordo de vontades	76
3.1.3 Os acordos substitutivos como contratos	79
3.1.3.1 As ressalvas apresentadas quanto ao caráter contratual dos acordos substitutivos..	79
3.1.3.2 A essência contratual dos módulos convencionais	81
3.2 A RELAÇÃO DO CONSENSO COM A LEGALIDADE	88

3.2.1 A vinculação da atuação administrativa consensual à legalidade	88
3.2.2 O acordo enquanto mecanismo de criação normativa.....	98
3.3 OS PRESSUPOSTOS E ELEMENTOS DOS MÓDULOS CONVENCIONAIS...	116
3.3.1 Considerações prévias quanto à existência, validade e eficácia.....	116
3.3.1.1 A existência dos acordos substitutivos.....	116
3.3.1.2 A questão da validade	117
3.3.1.3 A eficácia do módulo convencional.....	118
3.3.2 A estrutura dos acordos substitutivos da decisão unilateral.....	119
3.3.2.1 A competência administrativa.....	120
3.3.2.2 A finalidade da convenção	121
3.3.2.3 A forma a ser observada pela relação convencional	122
3.3.2.4 O motivo que embasa o acordo substitutivo	123
3.3.2.5 O objeto do acordo de vontades	124
3.3.2.6 A capacidade enquanto condição subjetiva da parte contratante	125
3.3.2.7 A efetiva existência do consenso	126
4 O CARÁTER VINCULANTE DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS: LIMITES À MODIFICAÇÃO E REVISÃO DOS COMPROMISSOS ESTABELECIDOS POR MEIO DO CONSENSO.....	129
4.1 A VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO À VONTADE EXTERNADA	130
4.1.1 A adoção de mecanismos consensuais de atuação: discricionariedade ou vinculação do agente administrativo?	130
4.1.2 A autovinculação (ou autolimitação) da Administração Pública	136
4.1.2.1 Sentido estrito da autovinculação administrativa.....	138
4.1.2.2 Sentido amplo da autovinculação administrativa.....	142
4.1.3 A estabilização dos compromissos firmados pela Administração Pública	147
4.2 A VINCULAÇÃO DO PARTICULAR À VONTADE EXTERNADA.....	153
4.2.1 A relevância da autonomia privada para a formação do vínculo contratual.....	154
4.2.2 Da autonomia privada à lógica da instrumentalidade e boa-fé	159
4.3 A MANUTENÇÃO DOS COMPROMISSOS: PARÂMETROS DE ESTABILIDADE E PREVISIBILIDADE A SEREM OBSERVADOS	164
4.3.1 Pressuposto essencial: a inaplicabilidade das prerrogativas de ação autoexecutória e unilateral da Administração	166

4.3.1.1 A consagração de um regime de referência que caracteriza a tradicional teoria do contrato administrativo	166
4.3.1.2 O reposicionamento da teoria em vista da complexidade do fenômeno contratual e do próprio objetivo da atuação administrativa.....	171
4.3.1.3 A incompatibilidade dos módulos convencionais com o regime de prerrogativas	177
4.3.2 Requisitos para alteração e revisão dos compromissos estabelecidos.....	179
4.3.2.1 A relação que se estabelece entre a segurança jurídica e a dinamicidade das relações convencionais.....	179
4.3.2.2 Hipóteses de modificação ou revisão dos acordos substitutivos.....	181
4.3.3 Parâmetros limitativos a serem observados para a revisão e modificação dos compromissos	185
4.3.3.1 A impossibilidade de retroação de nova interpretação administrativa ou das disposições de diploma normativa superveniente.....	186
4.3.3.2 O direito adquirido e o ato jurídico perfeito	188
4.3.3.3 A proteção à confiança legítima.....	190
5 O CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA CONSENSUAL: LIMITES À ANULAÇÃO DOS ACORDOS SUBSTITUTIVOS	193
5.1 O DESENVOLVIMENTO DA NOÇÃO DE CONTROLE	194
5.1.1 O conceito de controle e os seus diferentes objetivos e vertentes.....	195
5.1.2 A relação entre controle e eficiência: o paradigma do resultado e a gradativa consagração de uma visão finalística.....	200
5.2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEORIA DAS NULIDADES E DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE VÍCIOS	205
5.2.1 A classificação da invalidade de acordo com a doutrina brasileira	205
5.2.2 As diferentes categorias de vícios	211
5.3 AS LIMITAÇÕES À INVALIDAÇÃO DOS MÓDULOS CONVENCIONAIS SUBSTITUTIVOS DA DECISÃO ADMINISTRATIVA UNILATERAL	214
5.3.1 A necessária compatibilização entre o dever de reconhecer a existência do defeito e a estabilidade conferida às convenções.....	215
5.3.1.1 O dever de convalidação que recai sobre a Administração	215
5.3.1.2 A estabilização dos efeitos do módulo convencional viciado.....	222
5.3.2 A invalidação dos módulos convencionais substitutivos.....	230
5.3.2.1 Os parâmetros balizadores da anulação	230

5.3.2 O dever de indenizar	235
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247

1 INTRODUÇÃO

Os *acordos substitutivos* compõem o *objeto* central da presente dissertação.

Vale dizer que, embora se reconheça a existência de diferentes modalidades de ajustes consensuais¹, a análise restringe-se às hipóteses nas quais o administrador público dispõe de poderes para impor ao particular determinada situação jurídica, mas escolhe atingir o resultado almejado por meio de uma solução consensual. Isto é, ao invés de desempenhar a sua competência de maneira imperativa e unilateral, o agente opta por convencionar com o cidadão-administrado a forma de seu exercício, de modo que o ajuste firmado consolida o plexo de direitos e obrigações tido como satisfatório por ambas as partes diante do caso concreto².

Ao que se infere, um estudo envolvendo todas as diferentes modalidades de acordos administrativos pode ser inviável, em razão da amplitude de objeto. Reputa-se que o direcionamento da pesquisa – aos acordos substitutivos – se fez necessário para permitir o desenvolvimento de um trabalho efetivamente contributivo, de modo a evitar a improfícua comparação entre figuras com características bastante diversas, bem como o atingimento de conclusões potencialmente contraditórias.

Convém esclarecer, ainda, que a delimitação da análise aos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral não se deu de maneira casuística ou aleatória. Sua relevância justifica-se por mais de uma razão.

Primeiro porque se entende que tais ajustes representam a expressão máxima da consensualidade. Tendo em vista que a situação jurídica que se estabelece entre a Administração e o particular independe do pacto para ser criada, uma vez que o agente público poderia simplesmente ter escolhido exercer a sua competência de maneira

¹ A propósito dos diferentes instrumentos de consenso postos à disposição da Administração Pública, confira-se, dentre outros: MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novos Institutos Consensuais da Ação Administrativa. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, Rio de Janeiro, v. 231, p. 129-156, jan./mar. 2003; MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. Mecanismos de consenso no Direito Administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p.325-336; OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como a Nova Face da Administração Pública do Século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. **Revista de Direito do Estado - RDE**, n. 10, p. 271-288, abr./jun. 2008; e PALMA, Juliana Bonacorsi de. **Sanção e acordo na administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 237-257.

² Ressalva-se que os vocábulos “acordo”, “pacto”, “compromisso” e “ajuste” são tomados, no presente trabalho, como sinônimos e se destinam a designar os acordos de vontades entre dois ou mais sujeitos de direito.

impositiva, os módulos convencionais³ substitutivos inserem-se perfeitamente no novo contexto que se instaura a partir da consolidação de um ambiente favorável ao consenso e da reconfiguração de uma certa visão restritiva da legalidade que tende a prevalecer em determinado enfoque da doutrina tradicional.

Segundo porque se reputa que o recorte proposto tem íntima relação com o próprio objetivo da dissertação, que tem por finalidade contribuir com a reflexão acerca da vinculatividade dos acordos e dos consequentes limites à sua modificação e revisão⁴. Haja vista que a Administração Pública nem sequer precisaria celebrá-los, estando apta a impor a sua vontade de maneira unilateral, poder-se-ia questionar em que medida tais ajustes são efetivamente vinculantes para as partes envolvidas.

Terceiro porque os acordos substitutivos constituem prática corrente, especialmente no âmbito dos entes reguladores autônomos. Verifica-se não só a gradativa superação das controvérsias anteriormente existentes em relação ao cabimento de tais ajustes, mas também a proliferação de mecanismos voltados a uma perspectiva mais instrumental da função administrativa⁵, que propõem a adoção de medidas mais eficientes e menos danosas para o alcance das finalidades públicas.

A importância do tema reside na constatação de que a melhoria da qualidade das decisões públicas e da confiança que estas devem inspirar constitui verdadeiro pressuposto para a garantia do direito fundamental à boa administração. A análise da consensualidade sob o prisma da segurança jurídica legitima-se na medida em que a atividade administrativa consensual consagra uma nova forma de relacionamento entre a Administração e os

³ Adota-se, aqui, a concepção de Fernando Dias MENEZES DE ALMEIDA, que toma por base as lições de Odete MEDAUAR e Sabino CASSESE para ressaltar que “a expressão *módulo convencional* mostra-se adequada, seja por exprimir a ideia genérica de convenção [entendida, segundo a visão tradicional, como o acordo de vontades entre dois ou mais sujeitos, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos], seja por esclarecer que a noção que se quer exprimir comporta modulações” (**Contrato Administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012. p. 199). A despeito de existirem diferentes espécies de módulos convencionais, o termo será sempre empregado com o intuito de designar os módulos convencionais substitutivos da decisão unilateral da Administração.

⁴ Ainda com o objetivo de delinear o objeto de estudo da dissertação, cumpre ponderar que a expressão “modificação” se destina a abarcar eventual alteração no conteúdo do módulo convencional. Já o termo “revisão” é utilizado com vistas a designar tanto as hipóteses de invalidação decorrentes da desconformidade com a ordem jurídica como aquelas derivadas do desfazimento do ajuste por razões outras que não a ocorrência de eventuais vícios (como a extinção unilateral por motivo de conveniência e oportunidade).

⁵ Conforme esclarece Marçal JUSTEN FILHO, a função administrativa deve ser compreendida como um feixe de poderes jurídicos (competências estatais) que legitima o exercício de atividades materiais e a formulação de comandos destinados a conformar a conduta alheia em prol da satisfação de interesses essenciais, relacionados à promoção de direitos fundamentais, e cujo desempenho, por parte da Administração Pública, pressupõe a existência de uma organização estável e permanente (**Curso de direito administrativo**. 12 ed. São Paulo: RT, 2016. p. 38).

particulares, exigindo a necessária reflexão sobre as alternativas a serem consideradas no que diz respeito ao aprimoramento do funcionamento da máquina estatal “com a utilização de instrumentos destinados a avaliar o desempenho institucional, a incentivar a boa gestão e resultados satisfatórios, a prevenir e combater a corrupção”⁶.

É certo que o ambiente institucional tem de ser capaz de compatibilizar a realidade cambiante que se apresenta com a necessária garantia da segurança jurídica. Além disso, e tendo em vista a aparente inadequação dos mecanismos de controle hoje existentes (que tendem a ser marcadamente formais, ineficientes e demasiadamente custosos), deve-se buscar a estruturação de um sistema que visa a concretizar maior coerência e eficiência da atuação administrativa.

Os desafios inerentes à (in)segurança jurídica e à manutenção dos compromissos têm sido encarados como alguns dos principais dificultadores no que diz respeito ao emprego da consensualidade⁷.

Juristas e aplicadores do direito ainda não chegaram a uma definição sobre como proceder diante da adoção de mecanismos consensuais, posto que a margem negocial que lhes é inerente em tese dificulta a identificação de critérios objetivos para a implementação do consenso e para o seu controle. As autoridades administrativas, por sua vez, sentem-se receosas ao lançar mão de instrumentos consensuais, pois temem eventual responsabilização. Tal quadro é agravado, ainda, pela constante discrepância dos entendimentos manifestados pelos diferentes agentes legitimados para a celebração do acordo, que não raras vezes pretendem questionar compromissos já aperfeiçoados.

Impende ressaltar que este último aspecto constitui um dos pontos nevrálgicos do tema sob análise. Assim se passa porque o questionamento do acordo substitutivo pela própria Administração (ainda que por agente diverso ou hierarquicamente superior) é contrário à lógica da consensualidade, que tem por objetivo conferir soluções mais efetivas e adequadas para as relações travadas entre as partes público e privada, e não dar origem a novos conflitos ou prolongar aqueles já existentes.

⁶ MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (Coord). **A Nova Organização Administrativa Brasileira**. 2. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 200.

⁷ PALMA, Juliana Bonacorsi de. **Sanção e acordo na administração pública**, p. 298-299, Veja-se também: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; e MOREIRA, Egon Bockman. Uma lei para o Estado de Direito Contemporâneo. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes (Coord.). **Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática**. Brasília: Senado Federal, 2015. p. 9.

Dessas questões decorrem muitos problemas e dúvidas para os quais ainda não se encontrou uma resposta.

Trata-se, portanto, de tema atual, central à própria eficácia da atuação administrativa consensual e cuja relevância está vinculada à imprescindibilidade da reconfiguração do agir administrativo em prol de uma atuação mais eficiente na tutela e consagração dos interesses da coletividade.

Com efeito, a implementação dos módulos convencionais e o controle da consensualidade constituem um campo fértil para inovações e discussões de relevância teórica e prática. Tais temas envolvem uma série de questões que ora se encontram em aberto, relacionadas tanto às premissas da atuação administrativa quanto à perspectiva de atualização da sistemática de controle hoje existente.

A novidade que inspira a pesquisa que se pretendeu desenvolver ultrapassa o fenômeno da Administração consensual. Sem embargo da percepção de que o direito administrativo já superou o momento inicial de mera afirmação do cabimento da consensualidade, as questões centrais que se põem agora são outras. A celebração do acordo está condicionada à existência de lei específica que lhe autorize? Os módulos convencionais substitutivos da decisão administrativa possuem caráter vinculante? Quais os vetores a serem observados para fins de modificação ou invalidação do ajuste firmado?

Convém esclarecer que a consensualidade é tratada como *premissa* (e não como *hipótese*) da análise que se tenciona promover.

A pesquisa não tem por objetivo examinar a tendência ao modelo da Administração consensual, nem tampouco esgotar temas atinentes ao desenvolvimento da consensualidade no direito administrativo brasileiro e aos seus diferentes mecanismos de instrumentalização. Também não pretende verificar a possibilidade de a atuação administrativa unilateral vir a ser substituída pelo acordo de vontades. Estes temas já foram amplamente examinados pela doutrina, com grande profundidade científica, o que leva a crer que eventual estudo acerca de tais questões pouco teria a acrescentar.

Em contrapartida, a despeito de existir vasta produção doutrinária acerca dos aspectos gerais da consensualidade, a análise da questão atinente à vinculatividade dos módulos convencionais é ainda incipiente.

A presente dissertação propõe-se justamente a realizar um estudo dos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral à luz dessa perspectiva.

Partindo do pressuposto de que o caráter impositivo e autoritário da atuação administrativa tem evoluído em direção à ampliação de soluções negociadas⁸, busca-se verificar em que medida os instrumentos consensuais são efetivamente vinculantes para as partes envolvidas no ajuste e quais as respectivas consequências em matéria de controle. Embora não se tenha a pretensão de exaurir o enfrentamento do tema, o objetivo do trabalho é dar um passo adiante na reflexão acerca dos limites à modificação e à revisão dos compromissos estabelecidos, inclusive com vistas a examinar a aplicabilidade do regime de prerrogativas e a identificar possíveis parâmetros de estabilidade para as relações consensualmente travadas com a Administração Pública.

A primeira *hipótese* que se admite, em relação ao objeto de estudo, é a de que a convenção que substitui a prerrogativa unilateral do agente público consiste em verdadeiro mecanismo de criação normativa, que resulta no surgimento de uma dada situação jurídica, vinculante para as partes envolvidas.

Tomando por base a lição de Léon DUGUIT, a expressão “situação jurídica” é aqui empregada com vistas a designar as situações jurídicas subjetivas, que criam normas jurídicas individuais, oponíveis aos sujeitos envolvidos no ajuste. O esclarecimento é relevante em virtude da necessária distinção em relação às situações jurídicas objetivas, caracterizadas pela generalidade e permanência das normas jurídicas criadas, que derivam diretamente do direito positivado e são aptas a afetar qualquer pessoa a qualquer tempo⁹.

Significa dizer que a celebração do pacto cristaliza um determinado conjunto de direitos e obrigações considerado satisfatório pela Administração e pelo cidadão-administrado, derogando a competência administrativa discricionária (no que tange à opção pela solução consensual) e vinculando ambas as partes. Isto posto, e considerando que os

⁸ Não significa que a atuação administrativa unilateral será (ou deverá ser) necessariamente substituída pelo modelo consensual ou que o consenso deve ser visto como solução universal para todas as questões que se apresentam. O sentido de “evolução” ora empregado tem por objetivo apenas destacar as progressivas transformações verificadas em decorrência da valorização de uma nova normatividade, produzida individual e concretamente, sem a atuação do Poder Legislativo.

⁹ “Toda situação jurídica subjetiva é, por definição, concreta, individual e temporária, e são essas três características que a distinguem de uma situação objetiva ou legal. Ela é concreta, quer dizer que é criada com vistas à obtenção de um resultado predeterminado. Ela é individual, o que significa que afeta não mais do que um certo número de indivíduos determinados ou que podem ser determinados com antecedência. Ela é temporária, o que significa que, quando o resultado para o qual foi criada é obtido, a situação jurídica subjetiva, doravante sem objeto, desaparece por si só”. No original: “Toute situation juridique subjective est, par définition, concrète, individuelle et temporaire, et ce sont les trois caractères qui la distinguent d’une situation objective ou légale. Elle est concrète, c’est-à-dire qu’elle est créée en vue de l’obtention d’un résultat déterminé d’avance. Elle est individuelle, c’est-à-dire qu’elle ne touche qu’un certain nombre d’individus déterminés ou pouvant être déterminés d’avance. Elle est temporaire, cela veut dire que, lorsque le résultat en vue duquel elle a été créée est obtenu, la situation juridique subjective, désormais sans objet, disparaît d’elle-même” (DUGUIT, Léon. **Traité de Droit Constitutionnel**, t. 1. Paris: Fontemoing & C. Éditeurs, 1911. p. 226-227).

termos do ajuste são construídos a partir de um acordo de vontades, não há que se cogitar da reavaliação do juízo anteriormente emitido, nem da incidência de prerrogativas de ação autoexecutória e unilateral do Poder Público.

A segunda *hipótese* de que se parte é a de que o controle dos módulos convencionais deve observar determinados parâmetros, tendo a cautela de não comprometer a sua eficácia.

Ainda que o controle da consensualidade seja essencial para garantir a regularidade dos instrumentos consensuais e para o próprio aperfeiçoamento da atuação administrativa, há que se ter em mente que o recorrente desfazimento dos acordos – quer seja pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração – pode vir a inviabilizar a atuação administrativa consensual, resultando na perda de confiança em relação aos mecanismos convencionais e, conseqüentemente, no incentivo ao comportamento imperativo e unilateral dos agentes públicos.

A partir dessas *hipóteses*, pretende-se sustentar a *tese* de que a modificação ou o desfazimento dos compromissos consensualmente estabelecidos devem ser vistos como situações excepcionais. A regra geral da estabilidade é potencialmente mais sólida em relação aos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral, na medida em que estes pressupõem, em si mesmos, a aplicação do direito ao caso concreto e derivam da autocontenção voluntária e intencional da Administração Pública.

Para que se possa atingir o objetivo proposto, a dissertação será dividida em quatro capítulos.

Não obstante a consensualidade seja tomada como *pressuposto* (e não como *hipótese*), reputa-se necessário delinear as premissas da análise a ser desenvolvida e os novos paradigmas que permeiam o agir administrativo.

Diante desse enfoque, o primeiro capítulo procurará expor os fatores que conduziram à superação do paradigma bipolar e à reconfiguração das formas de organização e atuação administrativa, resultando no desenvolvimento da consensualidade.

O segundo capítulo destina-se a analisar a natureza jurídica dos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral. Terá por objetivo examinar também a relação de tais acordos com o princípio da legalidade, em vista do modelo de concretização da segurança jurídica que se delineia a partir dos desafios impostos por uma realidade cambiante e pela atual complexidade das relações socioeconômicas.

O exame da questão se presta não apenas a permitir a melhor compreensão do *objeto* de estudo, mas também a possibilitar a verificação do poder de criação normativa dos compromissos. Em linhas gerais, pretende-se verificar se a celebração dos acordos depende

de prévia autorização legal, bem como se a convenção é efetivamente apta a criar uma situação jurídica subjetiva, estabelecendo direitos e obrigações que disciplinam o relacionamento das partes envolvidas no ajuste.

Além disso, busca-se examinar brevemente os pressupostos (de existência, validade e eficácia) do módulo convencional substitutivo para, em seguida, identificar os diferentes elementos que devem compor a sua estrutura.

Cumprе ressaltar que tais aspectos serão analisados com o devido aprofundamento ao longo do trabalho. Por hora, importa destacar que a adequada formação do ajuste deverá levar em conta: (a) a competência do agente; (b) a finalidade da convenção; (c) a forma a ser observada pela relação convencional; (d) o motivo que embasa o acordo substitutivo; (e) o objeto do acordo de vontades; (f) a capacidade das partes; e (g) a efetiva existência do consenso.

As questões que se objetiva responder estão, de certa forma, relacionadas com a revisão da própria noção de discricionariedade administrativa¹⁰.

Partindo da premissa de que a Administração tem o dever de adotar a melhor solução possível para o caso concreto, o terceiro capítulo se propõe a examinar a margem de liberdade da autoridade administrativa no que tange à escolha entre celebrar ou não a convenção, bem como os efeitos e consequências dessa opção. Pretende-se demonstrar que a opção pelo acordo acarreta o exaurimento da competência discricionária, de forma que o seu consequente aperfeiçoamento vinculará os sujeitos de direito envolvidos.

Ainda de acordo com esse enfoque, e tendo em conta que as constantes alterações na conjuntura econômica e sociopolítica por vezes determinam a eventual adaptação dos compromissos à nova realidade que se apresenta, o trabalho buscará identificar os parâmetros limitativos a serem observados. A pertinência da análise decorre da constatação de que a tradicional teoria do contrato administrativo, segundo a qual a Administração Pública detém um conjunto de prerrogativas especiais – que, em tese, permitiria a extinção e modificação unilateral da avença – não parece ser compatível com os módulos consensuais substitutivos da decisão administrativa unilateral.

Por fim, o quarto capítulo pretende examinar a questão atinente ao controle do agir consensual da Administração.

¹⁰ Segundo a qual o poder discricionário seria aquele que “o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo” (MEIRELLES, Hely. **Direito administrativo brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 139).

Considerando que os acordos substitutivos consolidam uma nova forma de relacionamento entre o Poder Público e os particulares, cumpre verificar qual é a medida do controle que atende aos seus objetivos, sem comprometer a eficácia dos compromissos firmados. A abordagem delineará as perspectivas gerais do tema, a fim de detectar os limites à convalidação e à desconstituição das estipulações convencionais.

Em linhas gerais, propõe-se um estudo da vinculatividade dos acordos e do controle da atuação administrativa consensual através de um exame dogmático e analítico. Serão analisadas, por meio do método dedutivo, noções clássicas do direito administrativo, tais como as concepções de ato e contrato administrativo, os princípios da legalidade e da proteção da confiança e o instituto do controle.

Os aspectos atinentes à vinculatividade dos compromissos e ao controle da consensualidade ainda não foram inseridos nos debates jurisprudenciais – ao menos, não à luz das peculiaridades que lhes cabem. A grande maioria dos precedentes identificados limita-se a examinar questões de cunho mais formal, as quais não se relacionam propriamente com as consequências (em termos de estabilização e produção de efeitos) decorrentes do aperfeiçoamento dos módulos convencionais. Em razão disso, a visão dos Tribunais será levada em consideração, no que for cabível, a fim de permitir a identificação de vetores que conferem margens de previsibilidade e estabilidade para as relações firmadas entre a Administração e os particulares.

A dissertação não pretendeu se utilizar do exame do direito comparado enquanto *método* de pesquisa. Feita essa ressalva, convém esclarecer que exemplos de direito estrangeiro serão utilizados com o objetivo de identificar o tratamento normativo e doutrinário que tem sido dado aos *acordos substitutivos*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscou-se esclarecer que um dos vetores da evolução do direito administrativo consiste na atenuação do caráter unilateral e impositivo que permeia o agir da Administração em prol de soluções que prestigiem o consenso e a ponderação de interesses.

A ampliação das tarefas públicas e o aumento da complexidade da sociedade contemporânea, notadamente heterogênea e composta por uma pluralidade de interesses merecedores da tutela estatal, demandam a adoção de práticas mais flexíveis, que se amoldem às múltiplas circunstâncias da atuação administrativa e possam atender as novas necessidades socioeconômicas de maneira mais célere e eficiente.

Tal cenário é motivado, ainda, pelo reposicionamento da legalidade em vista do movimento de constitucionalização, uma vez que a lei deixa de ser o único referencial normativo para a disciplina das condutas, passando a conviver com normas de cunho principiológico – o que resulta na valorização de uma normatividade que se estabelece individual e concretamente.

Natural, portanto, que as relações travadas entre a Administração e os cidadãos-administrados tenham se adequado a esse novo contexto.

Embora o ordenamento jurídico pátrio não conte com uma lei geral de processo administrativo que tenha estipulado um permissivo genérico à celebração de acordos entre os sujeitos público e privado, também não se identifica qualquer vedação que possa ser tomada como regra. A gradativa proliferação de diplomas normativos voltados à consagração de instrumentos negociais se soma a diversos outros fatores (tais como a reconfiguração das formas de organização e atuação administrativas, o incremento da participação social nos assuntos públicos, a crescente contratualização da ação administrativa, o reconhecimento da dimensão finalística das normas e institutos jurídico-administrativos *etc.*) para consolidar um ambiente bastante favorável ao consenso.

Ao que se infere, a consensualidade inaugura uma nova forma de relacionamento entre o administrador público e o particular, fazendo com que a imperatividade que antes caracterizava a ação administrativa venha a ser gradualmente superada por mecanismos que primam pelo diálogo e pela concertação de interesses.

É diante dessa conjuntura que os *acordos substitutivos* ganham destaque.

Sem embargo da existência de outros instrumentos consensuais postos à disposição dos agentes administrativos, cujos aspectos gerais foram apresentados no curso da dissertação, entende-se que estes ajustes adquirem especial relevância.

Assim se passa porque, em casos tais, a Administração dispõe de poderes para impor ao particular determinada situação jurídica, mas escolhe atingir o resultado almejado por meio de uma solução consensual, convencionando com o cidadão-administrado o modo de exercício de sua competência. Consequentemente, o acordo de vontades acarreta a substituição da decisão administrativa unilateral e imperativa por uma convenção, permitindo que as partes definam, em conjunto e à luz do caso concreto, as bases da ordem a que pretendem se submeter.

Sob essa ótica, procurou-se demonstrar a natureza contratual dos módulos convencionais.

O aspecto finalístico dos contratos celebrados pela Administração, relacionado à necessária persecução dos fins públicos, não é suficiente para que se pretenda dissociá-los do fenômeno contratual como um todo. Inexiste uma justificativa apta a respaldar uma distinção estanque e absoluta entre as avenças firmadas pelos agentes estatais e os chamados contratos privados, pelo que o contrato – enquanto categoria jurídica – corresponde à figura pertencente à teoria geral do direito.

Tomando como pressuposto os elementos substanciais a serem considerados (diante das perspectivas estrutural e funcional), é possível constatar o enquadramento dos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral como contratos.

A perspectiva estrutural resta atendida pelo fato de que tais ajustes derivam do acordo de vontades entre o administrador e o particular, tendo por objetivo substituir o provimento unilateral do Poder Público e estabelecer, individual e concretamente, um determinado plexo de direitos e obrigações para os envolvidos. Já a perspectiva funcional é confirmada em virtude da importância do pacto enquanto técnica de pacificação social, uma vez que o respeito à palavra dada se solidifica em decorrência do caráter vinculante do compromisso consensualmente celebrado.

Nesse prisma, e considerando que a Administração e a parte privada optam por, deliberadamente, vincular-se às condições estabelecidas de forma bilateral, delimitando a sua conduta em virtude das disposições estipuladas e da confiança delas advinda, estes ajustes se coadunam com a essência do contrato.

A pesquisa também teve o intuito de aclarar a relação que se estabelece entre os acordos substitutivos e a legalidade, a partir dos dois diferentes enfoques que a análise comporta.

Por um lado, tais acordos prescindem da existência de expressa autorização legal para serem firmados. Além de a legalidade ter sido reconfigurada segundo uma concepção ampliativa, que reconhece a normatividade dos valores e princípios consagrados pelo ordenamento jurídico, a opção por decidir de modo consensual com o destinatário da decisão está implícita na competência atribuída ao agente para que possa decidir unilateralmente e de ofício.

Por outro, os módulos convencionais consistem em verdadeiros mecanismos de criação normativa, eis que resultam no surgimento de uma situação jurídica subjetiva, em que os sujeitos envolvidos assumem obrigações e correlatos direitos. Mesmo que a convenção decorra da aplicação do ordenamento a uma dada circunstância, não se pode negar que a sua celebração produz modificações na esfera dos direitos subjetivos, dando origem a normas individuais e concretas que passam a disciplinar o relacionamento entabulado entre as partes.

Após a exposição dos pressupostos e elementos que compõem a estrutura dos acordos substitutivos, pretendeu-se examinar o seu caráter vinculante e os limites à revisão e modificação dos compromissos estabelecidos por meio do consenso.

Partindo da premissa de que Poder Público tem o dever de adotar a melhor solução possível diante das circunstâncias concretamente consideradas, incumbe ao agente estatal verificar qual mecanismo de atuação é o mais adequado para o devido (e eficiente) atingimento das finalidades de interesse coletivo: o exercício da prerrogativa unilateral e imperativa de atuação ou a sua substituição por uma solução consensual. A opção pelo acordo acarreta o exaurimento da competência discricionária, de modo que a sua consequente formalização vinculará tanto o particular como a própria Administração.

De mais a mais, a autolimitação administrativa – derivada dos condicionantes impostos ao administrador pela sua própria conduta e, por conseguinte, pela incidência de diversos princípios de índole constitucional – alia-se à natureza convencional dos acordos substitutivos para afastar quaisquer dúvidas quanto à vinculatividade dos compromissos consensualmente firmados entre os sujeitos público e privado. Além de o ajuste resultar na criação de uma situação jurídica individual, o titular da competência administrativa e o ente estatal por ele integrado restam autovinculados à decisão tomada, por conta do dever de coerência imposto pelo ordenamento.

Dáí porque se pode dizer que a Administração fica duplamente vinculada aos termos do ajuste. Não bastasse a norma individual e concreta que se estabelece a partir da convenção firmada, a segurança jurídica e os princípios da moralidade, isonomia, boa-fé e proteção da confiança igualmente determinam a estabilização do relacionamento travado entre o agente administrativo e o cidadão-administrado.

Raciocínio semelhante pode ser aplicado em relação à vinculação do particular à vontade por ele externada. O carácter vinculante dos acordos substitutivos consiste numa via de mão-dupla: se, sob uma perspectiva, a parte privada pode exigir do administrador o cumprimento das obrigações avençadas; sob outra, tem o dever jurídico de agir consoante os parâmetros e condições derivados da postura por ela adotada e da situação jurídica estabelecida.

Significa dizer que a regra geral da estabilidade é potencialmente mais sólida em relação aos módulos convencionais, na medida em que estes pressupõem, em si mesmos, a aplicação do direito ao caso concreto, derivando da vontade do particular e da autocontenção voluntária e intencional da Administração.

É possível cogitar, inclusive, da caracterização de uma espécie de confiança qualificada. Tendo-se em vista que o ajuste pressupõe a procedimentalização de um amplo processo de negociação, resultando na estruturação de uma solução construída sob medida pelas partes, é razoável que a expectativa gerada seja ainda mais firme do que aquela que deriva de uma promessa administrativa unilateral ou da subsunção de uma determinada circunstância à norma geral e abstrata derivada do legislador.

Como decorrência, e considerando que o pacto celebrado cristaliza um conjunto de direitos e obrigações tido como satisfatório por ambos os envolvidos, a sua modificação deve necessariamente ser tida como uma situação excepcional.

O aperfeiçoamento da convenção consolida o acordo de vontades delineado. Assim sendo, a alteração das condições estipuladas dependerá da observância dos efeitos jurídicos já consumados e da adoção da mesma sistemática utilizada por ocasião da celebração do compromisso original, derivando de processo administrativo que evidencie a necessidade de modificação e formalize o consenso das partes quanto ao seu cabimento e conteúdo, a fim de que sejam apresentados os fundamentos que amparam as novas disposições convencionadas. Essa mesma lógica é aplicável também à revisão dos compromissos, por razões outras que não a ocorrência de eventuais vícios.

A desconstituição do vínculo firmado entre a Administração e o particular deve observar os casos estritamente previstos no instrumento firmado. Também é viável que o

acordo substitutivo seja afastado mediante deliberação consensual nesse sentido – hipótese esta que pressupõe exposição dos motivos pelos quais a manutenção da avença (antes tida como a melhor solução em face das circunstâncias concretas) não mais se justifica.

Nessa esteira, impende reconhecer que o regime jurídico diferenciado usualmente aplicável aos contratos administrativos em sentido estrito, caracterizado pela existência de prerrogativas de ação unilateral e autoexecutória da Administração, é absolutamente incompatível com os acordos substitutivos. A relação convencional destina-se justamente a afastar a imperatividade, de modo que admitir a modificação ou extinção unilateral dos compromissos consensual firmados implicaria destituí-los de qualquer utilidade prática.

Sem qualquer pretensão de exaurir o enfrentamento da matéria, e nem muito menos de identificar todos os possíveis parâmetros limitativos a serem observados para a revisão e modificação dos ajustes, o trabalho procurou pontuar aqueles que parecem merecer maior atenção. Destacou-se, assim, que os vínculos já constituídos restam imunizados pela impossibilidade de retroação da interpretação administrativa, pela proteção conferida ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito e pela tutela à confiança legítima.

No que concerne ao controle da atuação consensual da Administração, importa reconhecer a paulatina consolidação de uma visão finalística, que considera a funcionalidade das normas e institutos jurídico-administrativos. A validade da ação administrativa deixa de ser examinada apenas sob o enfoque da sua compatibilidade com a lei (enquanto norma geral e abstrata emanada do Poder Legislativo), passando a contemplar também a análise da sua aptidão para cumprir, de forma adequada e eficiente, com as finalidades que a legitimam.

Isso repercute nos fins da própria atividade controladora. O controle apenas se justifica em vista da persecução das necessidades coletivas que busca tutelar, pelo que não se deve admitir que seja exercido como uma mera formalidade ou que venha a se dissociar do atingimento dos resultados que devem norteá-lo.

Ainda que se repute inviável estabelecer um elenco exaustivo, a dissertação tencionou ilustrar as diferentes categorias de vícios que podem incidir sobre os módulos convencionais para, em seguida, examinar os limites que se apresentam em relação à invalidação de tais ajustes.

Buscou-se demonstrar que a anulação não consiste numa consequência necessária e nem muito menos automática da identificação de um determinado defeito. Muito pelo contrário: a normatividade individual e concreta delineada a partir do acordo de vontades se conjuga à segurança jurídica, à presunção de legitimidade dos atos administrativos e aos

princípios da boa-fé e da proteção da confiança para consagrar um cenário tendente à estabilização dos compromissos consensualmente firmados.

Isto posto, é imperioso assinalar a excepcionalidade do desfazimento dos acordos substitutivos.

Sempre que possível, as irregularidades constatadas devem ser supridas, a fim de que se restabeleça a ordem jurídica violada, de forma a permitir a preservação, em sua plenitude, das situações de fato e de direito já estabelecidas. Uma vez verificada a viabilidade da convalidação do ajuste, a autoridade competente não poderá se negar a adotar as providências necessárias para tanto.

Há que se admitir também o cabimento da manutenção da eficácia da relação convencional potencialmente inválida, mesmo nas hipóteses em que a correção do vício não é cabível. Em determinadas hipóteses, o surgimento de circunstâncias merecedoras de proteção – seja pelo transcurso do tempo, pela tutela que lhes é conferida pelo ordenamento ou, ainda, pelos prejuízos que poderiam advir da sua eventual desconstituição – impõe a preservação dos efeitos do compromisso assumido pelas partes, impedindo a pronúncia do defeito.

Nada obstante, não se pode ignorar que a gravidade da lesão por vezes determina a anulação do vínculo, fazendo com que a proclamação da invalidade consista na única alternativa para a recomposição da ordem jurídica. Os efeitos da invalidade proclamada (*ex nunc* ou *ext tunc*) devem considerar a devida ponderação dos múltiplos interesses em conflito e do próprio impacto da medida de controle, podendo ser modulados de acordo com as especificidades da situação sob análise.

Além disso, a desconstituição do ajuste pode não abranger a integralidade do módulo convencional, restringindo-se às cláusulas viciadas, desde que a vontade das partes seja observada e a irregularidade não atinja a própria essência da convenção.

O caráter excecional da invalidação é confirmado, ainda, pela constatação de que tal possibilidade é apta a conduzir à responsabilização estatal em face do particular que foi lesado pelo desfazimento do acordo de vontades.

Evidentemente, a pesquisa desenvolvida não tem a pretensão de exaurir o enfrentamento do tema. Objetivou-se apenas estimular a reflexão e o debate acerca da matéria, incentivando, assim, a formulação de alternativas mais adequadas frente aos acordos substitutivos da decisão administrativa unilateral.

Os ajustes firmados consolidam a solução conjuntamente delineada pelas partes em face das circunstâncias concretamente consideradas, aplicando o direito ao caso concreto e

estabelecendo um equilíbrio interno considerado satisfatório por ambos os sujeitos envolvidos. Tal cenário traz novos desafios à teoria do direito administrativo, tanto em termos de compreensão da sua inclusão ou não no sentido de legalidade (e por conseguinte no que se refere à sua natureza vinculante) como no que tange aos limites à sua modificação e invalidação.

Com efeito, de nada adianta reconhecer a possibilidade de ação consensual da Administração Pública se os compromissos por ela firmados não forem vistos à luz das peculiaridades que lhes são próprias. Não é razoável que as disposições consensualmente entabuladas deixem de ser observadas ou que se lhes pretenda conferir o mesmo tratamento atribuído aos contratos marcados por prerrogativas unilaterais e imperativas de ação, desconsiderando a sua essência convencional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Bruce. Adeus, Montesquieu. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, v. 265, p. 13-23, jan./abr. 2014.

AFONSO DA SILVA, José. Constituição e segurança jurídica. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Coord.). **Constituição e segurança jurídica**: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

ALESSI, Renato. **Sistema Istituzionale del Diritto Amministrativo Italiano**. Giuffrè: Milão, 1960.

ALFONSO, Luciano Parejo. Los Actos Administrativos Consensuales en el Derecho Español. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 3, n. 13, p. 11-43, jul./set. 2003.

ALLEGRETI, Umberto. I controlli sull'amministrazione dal sistema classico all'innovazione: le problematiche generali. In: _____. **I controlli amministrativi**. Bolonha: Il Mulino, 1995.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. **Teoria do ato administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

AMARAL, Francisco. A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica: perspectivas estrutural e funcional. **Revista de Informação Legislativa**, v. 26, n. 102, p. 207-230, abr./jun. 1989.

_____. **Direito civil**: introdução. 6 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMARAL, Paulo Osternack. **Arbitragem e administração pública**: aspectos processuais, medidas de urgência e instrumentos de controle. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Os Fundamentos da Responsabilidade Civil do Estado. **Revista dos Tribunais – RT**, n. 824, p. 72-81, jun. 2004.

_____. A supremacia do interesse público no advento do Estado de Direito e na hermenêutica do Direito Público contemporâneo. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 387, p. 23-36, set./out. 2006.

_____. Teoria das autolimitações administrativas: atos próprios, confiança legítima e contradição entre órgãos administrativos. **Revista de Direito do Estado – RDE**, ano 1, n. 4, p. 231-244, out./dez. 2006.

_____. A consensualidade no direito administrativo: acordos regulatórios e contratos administrativos. **Revista de Direito do Estado – RDE**, n. 1, p. 155-173, jan./mar. 2006.

_____. Interpretação consequencialista e análise econômica do direito público à luz dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade. **Interesse Público**, n. 57, p. 11-30, set./out. 2009.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Do negócio jurídico administrativo**. São Paulo: RT, 1992.

ÁVILA, Humberto. Repensando o “princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org). **O direito público em tempos de crise: estudos em homenagem a Ruy Rubem Ruschel**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. Princípios e regras e a segurança jurídica. **Revista de Direito do Estado – RDE**, ano 1, n. 1, p. 189-206, jan./mar. 2006.

_____. Neoconstitucionalismo: entre a “Ciência do Direito” e o “Direito da Ciência”. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, v. 6, n. 23, p. 9-30. out./dez. 2008.

_____. **Teoria da segurança jurídica**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Ciência do Direito, Negócio Jurídico e Ideologia. In: DI FRANCESCO, José Roberto Pacheco. **Estudos em Homenagem ao Professor Silvio Rodrigues**. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Princípios constitucionais do processo administrativo disciplinar**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

_____. **Direito administrativo e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

_____. A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, ano 10, n. 40, p. 219-313, abr./jun. 2010.

_____. O contrato como categoria jurídica. In: BICALHO, Alécia Paolucci Nogueira; DIAS, Maria Tereza Fonseca (Coord.). **Contratações públicas: estudos em homenagem ao Professor Carlos Pinto Coelho Motta**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BAGATIN, Andreia Cristina. A Natureza Jurídica dos “Acordos” Previstos pela Lei 8.884/94. In: MOREIRA, Egon Bockman; e MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **Direito Concorrencial e Regulação Econômica**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Natureza e regime jurídico das autarquias**. São Paulo: RT, 1968.

_____. **Elementos de direito administrativo**. São Paulo: RT, 1980.

_____. **Discrecionalidade e controle jurisdicional**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. A estabilidade dos atos administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, n. 48, p. 77-83, jan./mar. 2004.

_____. Controle Judicial dos Atos Administrativos. In: _____. **Grandes temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Segurança jurídica, boa-fé e confiança legítima. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, n.º 51/52, p. 5-11, 2009.

_____. Estado de Direito e segurança jurídica. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coords.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. **Curso de direito administrativo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. **Princípios Gerais de Direito Administrativo**, v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

BARROSO, Luís Roberto. A constitucionalização do direito e suas repercussões no âmbito administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. **Interpretação e aplicação da constituição**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Transações Administrativas**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BÉNOIT, Francis-Paul. **Le droit administratif français**. Paris: Dalloz, 1968.

BERGERON, Gérard. Pouvoir, contrôle et régulation. **Sociologie et sociétés**, v. 2. n. 2, p. 227-248, nov. 1970.

BINENBOJM, Gustavo. Constitucionalização do direito: a constitucionalização do direito administrativo no Brasil – um inventário de avanços e retrocessos. In: BARROSO, Luís Roberto (Org.). **A reconstrução democrática do direito público no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. **Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

_____. **A nova jurisdição constitucional brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 6 ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2003.

_____. **O positivismo jurídico – lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 2006.

BORGES, Alicia Gonzalez. Supremacia do interesse público: desconstrução ou reconstrução? **Revista de Direito do Estado – RDE**, n. 03, p. 137-153, jul./set. 2006.

CALMES-BRUNET, Sylvia. Quelle consécration du principe de sécurité juridique en droit administratif français? In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

CÂMARA, Alexandre de Freitas. Arbitragem nos conflitos envolvendo as agências reguladoras. **Revista de Direito da Associação de Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro**, n. 11, p. 145-155, 2002.

CÂMARA, Jacintho de Arruda. A preservação dos efeitos dos atos administrativos viciado. **Revista Diálogo Jurídico**, n. 14, jun./ago. 2002. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

CAMPOS, Francisco. **Direito administrativo**. São Paulo: Freitas Bastos, 1958, v.1.

CANGELLI, Francesca. **Potere discrezionale e fattispecie consensuali**. Milão: Giuffrè, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARDOSO, David Pereira. Os acordos substitutivos do Direito Administrativo. Negócio jurídico privado, contrato de direito público ou ato administrativo bilateral? **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, ano 13, n. 49, p. 59-77, jan./mar. 2015.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO, Gustavo Marinho. **Precedentes administrativos no direito brasileiro**. São Paulo: Contracorrente, 2015.

CARVALHO SANTOS, J. M. de. **Repertório enciclopédico do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, [s.d.], v. XII.

CASSETTA, Elio. **Manuale di diritto amministrativo**. Milão: Giuffrè, 2000.

CASSAGNE, Juan Carlos. **Derecho administrativo**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1993.

_____. Algunas Reflexiones sobre la Evolución y Vigencia Actual del Contrato Administrativo. **Interesse público**, v. 9, n. 41, p. 121-139, jan./fev. 2007.

CASSESE, Sabino. Le trasformazioni del diritto amministrativo dal XIX al XXI secolo. **Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico**, n. 1, p. 27-40, 2002,

_____. Tendenze e problemi del diritto amministrativo. **Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico**, n. 4, p. 901-912, 2004.

_____. **A crise do Estado**. Tradução de Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes Editora, 2010.

CHAPUS, René. **Droit administratif général**, t. 1. 13 ed. Paris: Montchrestien, 2001.

CHEVALLIER, Jacques. **O Estado pós-moderno**. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. A Governança e o Direito. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, ano 3, n. 12, p. 129-146, out./dez. 2005.

CHIAPPINELLI, Carlo; CONDEMI, Luigi; CIPOLLONI, Maria Chiara. **Programmazione, controlli, responsabilità nelle pubbliche amministrazioni**. 2 ed. Milão: Giuffrè, 2010.

CIRNE LIMA, Ruy. **Princípios de direito administrativo brasileiro**. Porto Alegre: Livraria da Globo, 1939.

_____. **Princípios de Direito Administrativo Brasileiro** (revista e reelaborada por Paulo Alberto Pasqualini). 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CLÈVE, Clèmerson Merlin (Coord.). **Direito constitucional brasileiro: teoria da Constituição e direitos fundamentais**. São Paulo: RT, 2014.

COUTO E SILVA, Almiro do. Princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito contemporâneo. **Revista de Direito Público**, v. 20, n. 84, p. 46–63, out./dez. 1987.

_____. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da Lei de Processo Administrativo da União (Lei 9.784/1999). **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, ano 2, n. 6, p. 7-59, jul./set. 2004.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios Jurídicos Processuais no Processo Civil Brasileiro. In: CABRAL, Antonio Passos; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.). **Negócios Processuais**. Salvador: JusPodium, 2015.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Manual de Direito Administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. Negócio jurídico administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, n. 164, p. 29-49, abr./jun. 1986.

CUNHA FILHO, Alexandre. Legalidade e consensualidade: a Administração precisa de lei para fazer acordos? **Revista de Contratos Públicos – RCP**, ano 4, n. 7, p. 9-18, mar./ago. 2015.

CUNHA GONÇALVES, L. C. **Princípios de Direito Civil Luso-Brasileiro**, v. 2. São Paulo: Max Limonad, 1951.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DAMONTE, Roberto. **Atti, accordi, convenzioni nella giustizia amministrativa**. Padova: 2002.

D'EUFEMIA, Giuseppe. **L'Autonomia privata e suoi limiti nel diritto corporativo**. Milão: Giuffrè, 1942.

DE OLIVEIRA, Régis Fernandes. **Ato administrativo**. 6 ed., São Paulo: RT, 2014.

_____. Como a teoria do ato administrativo pode ser aproveitada na prática da consensualidade. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein (Orgs.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: RT, 2011, p. 237-261.

_____. **Sanção e acordo na Administração Pública**. São Paulo: Malheiros, 2015.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. 28 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DÍEZ-PICAZO, Luis M^a. La Doctrina del precedente administrativo. **Revista de Administración Pública**, n. 98, p. 7-46, mai./ago. 1982.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. 500 anos de Direito Administrativo Brasileiro. **Revista dos Tribunais – RT**, v. 101, n. 926, p. 51-78, dez. 2012.

_____. Participação popular na Administração Pública. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, São Paulo, n. 59, p. 226-239, jan./mar. 2013.

_____. (Org.). **Direito Privado Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. O direito administrativo brasileiro sob influência dos sistemas de base romanística e da *common law*. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico – REDAE**, n. 8, nov./dez. 2006. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2017.

_____. **Direito administrativo**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DUGUIT, Léon. **Traité de Droit Constitutionnel**. Paris: Fontemoing & C. Éditeurs, 1911 (t. 1).

_____. **Manuel de Droit Constitutionnel**. 4 ed. Paris: Bocard Éditeur, 1923.

_____. **Traité de Droit Constitutionnel**. 3 ed. Paris: Fontemoing & Cie, 1927 (t. 1), 1928 (t. 2) e 1938 (t. 3).

_____. **L'État, le Droit Objectif et la Loi Positive**. Paris: Dalloz, 2003.

_____. **Lecciones de derecho público general**. Tradução de Javier García Fernández. Madri: Marcial Pons, 2011.

DROMI, Roberto. **Derecho Administrativo**. 5 ed. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996.

EISENMANN, Charles. O direito administrativo e o princípio da legalidade. **Revista de Direito Administrativo**, v. 56, p. 48-71, abr./jun. 1959.

ESTORNINHO, Maria João. **Requiem pelo contrato administrativo**. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. **A Fuga para o Direito Privado**: contributo para o estudo da actividade de direito privado da Administração Pública. Coimbra: Almedina, 1999.

FAVOREU, Louis. Légalité et constitutionnalité. In: _____. **Cahiers du Conseil Constitutionnel**, n 3. Paris: Dalloz, 1997.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; SCHOLZE, Victor. Novo CPC e solução consensual de conflitos na Administração Pública. **Revista Jus Navigandi**, ano 20, n. 4517, nov./2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44481>. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 1977.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo administrativo**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

FERRI, Luigi. **La autonomía privada**. Tradução de Luis Sancho Mendizábal. Granada: Comares, 2001.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Instrumentos da Administração Consensual. A Audiência Pública e sua finalidade. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, n. 230, p. 237-250, out./dez. 2002.

_____. **Curso de direito administrativo**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

FINK, Daniel Roberto. In: MILARÉ, Édis (Coord.). **Ação civil pública**: Lei 7.347/1985 – 15 anos. 2 ed. São Paulo: RT, 2002.

FLORES LENZ, Carlos Eduardo Thompson. Limites à revogação do ato administrativo. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, ano 10, n. 39, p. 53-65, jul./set. 2012.

FRACCIA, Fabrizio. **L’Accordo Sostitutivo**: studio sul consenso disciplinato dal Diritto Amministrativo in funzione sostitutiva rispetto agli strumenti unilaterali di esercizio del potere. Pádua: CEDAM, 1998.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1979.

FREIRE, André Luiz. **Manutenção e retirada dos contratos administrativos inválidos**. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. Segurança jurídica e invalidade dos contratos administrativos. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FREITAS, Juarez. Repensando a natureza da relação jurídico-administrativa e os limites principiológicos à anulação dos atos administrativos. In: _____. **Estudos de direito administrativo**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

_____. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Discrecionalidade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Direito fundamental à boa administração pública**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de direito administrativo**. 4 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FUX, Luiz. **Jurisdição constitucional**: democracia e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GABARDO, Emerson. A eficiência no desenvolvimento do Estado brasileiro: uma questão política e administrativa. In: MARRARA, Thiago (Org.). **Princípios de direito administrativo**: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, motivação, eficiência, moralidade, razoabilidade, interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. São Paulo: Dialética, 2002.

GAUDIN, Jean-Pierre. **Gouverner par contrat**. Paris: Presses de Science Politique, 1999.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Rámon. **Curso de derecho administrativo**. 14 ed. Madri: Civitas, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIANNINI, Massimo Severo. **Diritto amministrativo**. Milão: Giuffrè, 1993.

_____. **Istituzioni di diritto amministrativo**. 2 ed. Milão: Giuffrè, 2000.

GOMES, Orlando. **Transformações Gerais do Direito das Obrigações**. 2 ed. São Paulo: RT, 1980.

_____. **Contratos**. 26 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GONÇALVES, Cláudio Cairo. **Contrato administrativo**: tendências e exigências atuais. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GONÇALVES, Pedro. **O contracto administrativo**: uma instituição do direito administrativo de nosso tempo. Coimbra: Almedina, 2003.

GORDILLO, Agustín. **Princípios gerais e direito público**. Tradução de Marco Aurélio Greco. São Paulo: RT, 1977.

_____. **Tratado de Derecho Administrativo**: el acto administrativo, t. 3. 10 ed. Buenos Aires: F.D.A., 2011.

GUASTINI, Riccardo. La constitucionalización del ordenamiento jurídico: el caso italiano. Tradução de José Maria Lujambio. In: CARBONELL SÁNCHEZ, Miguel. **Neoconstitucionalismo(s)**. Madri: Trotta, 2003.

GUERRA, Alexandre; BENACCHIO, Marcelo. Teoria geral dos contratos aplicada aos contratos administrativos. In: MARINELA, Fernanda; BOLZAN, Fabrício (Org.). **Leituras Complementares de Direito Administrativo**: licitações e contratos. Salvador: JusPodium, 2012.

GUERRA, Sérgio. **Discricionariedade e reflexividade**: uma nova teoria sobre as escolhas administrativas. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____. Discricionariedade administrativa – Limitações da vinculação legalitária e propostas pós-positivistas. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Orgs.). **Direito Administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. Atualidade sobre o controle judicial dos atos regulatórios. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico – REDAE**, n. 21, abr./mar. 2010.

_____. Agencificação no Brasil: causas e efeitos no modelo regulatório. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo – ReDAC**, v. 2, n. 12, p. 183-204, set. 2014.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Alteração unilateral do contrato administrativo**: interpretação de dispositivos da Lei 8.666/1993. São Paulo: Malheiros, 2003.

GRAUSO, Pierpaolo. **Gli accordi della pubblica amministrazione con i privati**. Milão: Giuffrè, 2007.

GRECO, Guido. Il regime degli accordi pubblicistici. **Autorità e consenso nell'attività amministrativa**. Milão: Giuffrè, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O termo de ajustamento de conduta no âmbito da defesa da concorrência. **Revista do IBRAC**, v. 16, n. 1, p. 187-197, 2009.

HACHEM, Daniel. **Princípio constitucional da supremacia do interesse público**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

HAURIOU, André. A utilização em direito administrativo das regras e princípios do direito privado. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, v. 1, n. 2, p. 465-473, abr.1945.

HAURIOU, Maurice. **Précis Élémentaire de Droit Administratif**. Paris Recueil Sirey. Livre Premier, 1938.

_____. **Précis de Droit Administratif et Droit Public Général**. Paris: Larose, 1990.

_____. **Précis de droit administratif et de droit public**. Paris: Dalloz, 2002.

IANNOTA, Lucio. Previsione e realizzazione del risultato nella pubblica amministrazione. **Rivista di Diritto Amministrativo**, v. 7, p. 57-110, 1999.

_____. Economia, diritto e politica nell'amministrazione del risultato. **Rivista on line della Scuola Superiore dell'economia e delle finanze**, ano 3, n. 5. Disponível em: <http://www.rivista.ssef.it/www.rivista.ssef.it/site07fl.html?page=20050110084856123&edition=2010-02-01>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

Merito, discrezionalità e risultato nelle decisioni amministrative: l'arte di amministrare. **Diritto processuale amministrativo**, v. 23, n. 1, p. 1-51, jan. 2005.

IRELLI, Vincenzo Cerulli. Verso de la contrattazione dell'area del pubblico: la amministrazione tra diritto amministrativo e diritto comune. In: CASSESE, Sabino; GUARINO, Giuseppe (Org.). **Dallo Stato monoclasse ala globalizzazione**. Milão: Giuffrè, 2000.

_____. **Corso di diritto amministrativo**. Torino: Giappichelli, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. Conceito de Interesse Público e a "Personalização" do Direito administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, São Paulo, v. 26, p. 115-136, 1999.

_____. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

_____. **Curso de direito administrativo**. 11 ed. São Paulo: RT, 2015.

_____. **Curso de direito administrativo**. 12 ed. São Paulo: RT, 2016.

_____. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17 ed. São Paulo: RT, 2016.

_____. O Direito Administrativo do Espetáculo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

JÈZE, Gaston. Théorie Générale des Contrats de L'Administration. **Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et à l'Étranger**, t. XLVII, n. 1, 37^e année. Paris: Marcel Giard, 1930.

_____. Notes de Jurisprudence – Théorie du Contrat Administratif. **Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et a l'Étranger**, t. LX, n. 1, 51^e année. Paris: Marcel Giard, 1945.

_____. **Principios Generales del Derecho Administrativo**, v. 4, tomo 1. 3 ed. Tradução de Julio N. San Millán Almagro. Buenos Aires: Depalma, 1950.

_____. **Le principes généraux du droit administratif**, t. 2. 3 ed. Paris: Dalloz, 2004.

KELSEN, Hans. La Théorie Juridique de La Convention. **Archives de Philosophie du Droit et de Sociologie Juridique**, ano 10, n. 1-4. Paris: Recueil Sirey, 1940.

_____. **Teoria geral das normas**. Tradução de José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1986.

_____. **Teoria pura do Direito**. 2 ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KIRBY, Mark Bobela-Mota. **Contratos sobre o exercício de poderes públicos**: o exercício contratualizado do poder administrativo de decisão unilateral. Lisboa: Coimbra Editora, 2011.

KLEIN, Aline Lícia. **Os vícios dos contratos administrativos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Noeira. 5. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LEFEVRE, Mônica Bandeira de Mello; e VOSGERAU, Isabella Moreira de Andrade. Responsabilidade civil do Estado enquanto agente fomentador. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo – ReDAC**, ano 1, v. 2, p. 215-244, set./out. 2013.

LÔBO, Paulo **Contratos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOS MOZOS, José Luis de. **El principio de la buena fe**: sus aplicaciones prácticas en el Derecho Civil Español. Barcelona: Bosch, 1965.

MAIRAL, Héctor. **La Doctrina de los propios actos y la Administración Pública**. Buenos Aires: Depalma, 1988.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública**. 8 ed. São Paulo: RT, 2002.

MARCUS, Richard. L. et al. **Civil procedure**: a modern approach. 5 ed. St. Paul: West Publishing, 2009.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Regulação estatal e interesses públicos**. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Do contrato administrativo à administração contratual. **Revista do Advogado**, v. 107, p. 74-81, dez/2009.

_____. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (Coord). **A Nova Organização Administrativa Brasileira**. 2. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. Os grandes desafios do controle. **Fórum de Contratação e Gestão pública – FCGP**, ano 9, n. 100, p. 7-30, abr. 2010.

_____.; CYMBALISTA, Tatiana Matiello. Os Acordos Substitutivos do Procedimento Sancionatório e da Sanção. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, v. 08, n. 31, p. 51-68, out./dez. 2010.

_____. A superação do ato administrativo autista. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein (Orgs.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: RT, 2011.

_____. O direito administrativo no sistema de base romanística e de *common law*. **Revista de direito administrativo – RDA**, v. 268, p. 55-81, jan./abr. 2015.

_____. A Bipolaridade do Direito Administrativo e sua Superação. In: SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (Org.). **Contratos Públicos e Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

_____.; e MOREIRA, Egon Bockman. Uma lei para o Estado de Direito Contemporâneo. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes (Coord.). **Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática**. Brasília: Senado Federal, 2015.

_____. **Concessões**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, v. 259, p. 207-247, jan./abr. 2012.

_____. As fontes do direito administrativo e o princípio da legalidade. **Revista Digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto. v. 1, n. 1, p. 23-51. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/73561>. Acesso em 17 de julho de 2017.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do Patrimônio Público**. 3 ed. São Paulo: RT, 2009.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: sistemática e tópica no processo obrigacional**. São Paulo: RT, 2000.

_____. Contratos: conceito e evolução. p. 56-57. In: LOTUFO, Renan; NANINI, Giovanni Ettore (Coords.). **Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2011.

MAURER, Harmut. **Elementos de direito administrativo alemão**. Tradução de Luis Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2001.

MATOS, Frederico Nunes de. O contrato administrativo como alternativa ao ato administrativo unilateral: breve análise jurídico-comparada. **Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**, Belo Horizonte, ano 12, n. 138, p. 9-22, jun. 2013.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de ajustamento de conduta: evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**, v. 11, n. 41, p. 93-110, jan./mar. 2006.

_____. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **O direito administrativo em evolução**. 2 ed. São Paulo: RT, 2003.

_____. Segurança jurídica e confiança legítima. In: ÁVILA, Humberto (Org.), **Fundamentos do Estado de Direito**: estudos em homenagem ao Professor Almiro do Couto e Silva. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Administração Pública: do ato ao processo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Orgs.). **Direito Administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. Nota sobre a contratualização na atividade administrativa. **Revista de Contratos Públicos – RCP**, n. 1, p. 241-249, mar./ago. 2012.

_____. **Controle da Administração Pública**. 3 ed. São Paulo: RT, 2014.

_____. **Direito administrativo moderno**. 20 ed. São Paulo: RT, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Célia Cunha. **O fomento da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano validade. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. **Da boa fé no direito civil**. 1 ed., 2ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2001.

MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. Mecanismos de consenso no Direito Administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. **Contrato Administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. A Distinção entre “Público” e “Privado” Aplicada aos Contratos Celebrados pela Administração. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.). **Direito Privado Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Princípios da Administração Pública e Segurança Jurídica: In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves. **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. **Formação da teoria do direito administrativo no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

MODESTO, Paulo. Legalidade e autovinculação da Administração Pública: pressupostos conceituais do contrato de autonomia no anteprojeto da nova lei de organização administrativa. In: **Nova Organização Administrativa Brasileira**. 2. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. Autovinculação da Administração Pública. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, ano 8, n. 29, p. 9-27, abr./jun. 2010.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. 2 ed. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 21 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Princípio da eficiência e controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, n. 243, p. 22-26, set./dez. 2006.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A interdisciplinaridade no ensino jurídico: a experiência do direito civil. In: RAMOS, Carmen Lúcia Silveira et al. (Org.). **Diálogos sobre direito civil: construindo a racionalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MORAND-DEVILLER, Jacqueline. **Cours de droit administratif**. Paris: Montchrestien, 2001.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/1999**. São Paulo: Malheiros, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública. **Revista de informação legislativa**, v. 25, n. 97, p. 133-154, jan./mar. 1988.

_____. **Mutações do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. Novos Institutos Consensuais da Ação Administrativa. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, v. 231, p. 129-156, jan./mar. 2003.

_____. Novo referencial no Direito Administrativo: do controle da vontade ao do resultado. A juridicização dos resultados da Administração Pública. **Fórum Administrativo – FA**, ano 6, n. 67, p. 7801-7810, set. 2006.

_____. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século – o caso brasileiro. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE**, n. 13, mar./abr./mai. 2008.

_____. O paradigma do resultado. **Fórum Administrativo – FA**, ano 9, n. 100, p. 77-84, jun. 2009.

_____; e GARCIA, Flávio Amaral. A principiologia no direito administrativo sancionador. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, ano 11, n. 43, p. 9-28, out./dez. 2013.

_____. **Curso de direito administrativo**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. O futuro das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

MOTTA, Fabrício. **Função normativa da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

NALIN, Paulo. Princípios do direito contratual: função social, boa-fé objetiva, equilíbrio, justiça contratual, igualdade. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coords.). **Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2011.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NERY, Ana Luiza de Andrade. **Compromisso de ajustamento de conduta: teoria e análise de casos práticos**. São Paulo: RT, 2012.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. **Law and society in transition: toward responsive law**. 2 ed. Nova Iorque: Routledge, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino. SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como a Nova Face da Administração Pública do Século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. **Revista de Direito do Estado – RDE**, n. 10, p. 271-288, abr./jun. 2008.

_____. Governança Pública e parcerias do Estado: a relevância dos acordos administrativos para a nova gestão pública. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, ano 6, n. 23, p. 137-144, Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____. Administração pública democrática e efetivação de direitos fundamentais. **Fórum Administrativo – FA**, v. 8, p. 7-20, 2008.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Ato administrativo**, 6 ed. São Paulo: RT, 2014.

OSÓRIO, Fábio Medina. Existe uma supremacia do interesse público sobre o privado no direito administrativo brasileiro? **Revista de Direito Administrativo – RDA**, n. 220, p. 69-107, abr./jun. 2000.

_____. **Direito administrativo sancionador**. 2 ed. São Paulo: RT, 2005.

OTERO, Paulo. **Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade**. Almedina: Coimbra: 2003.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. **Sanção e acordo na administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. A teoria do ato administrativo e a prática da consensualidade. In: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor Rhein (Coord.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: RT, 2011.

_____. Acordos para ajuste de conduta em processos punitivos das agências reguladoras. In: BARCELLOS, Ana Paula de; PEREIRA NETO, Caio Mário da Silva; e PINHEIRO, Luis Felipe Valerim (Coords.). **Direito da infraestrutura**, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEREIRA, César A. Guimarães; e TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e Poder Público: o esboço de um consenso e novos desafios. In: **Arbitragem e poder público**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEREIRA DA SILVA, Vasco Manuel Pascoal Dias. **Em busca do acto administrativo perdido**. Coimbra: Almedina, 2003.

PEREIRA, Flávio Henrique Unes (Coord.). **Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática**. Brasília: Senado Federal, 2015.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública Democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

_____. O negócio jurídico administrativo. In: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor Rhein (Coord.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: RT, 2011.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIELOW, Johann-Christian. Integración del ordenamiento jurídico: autovinculaciones de la Administración. In: MUÑOZ, Guillermo A.; SALOMONI, Jorge. L. **Problemática de la Administración Contemporánea: una comparación europeo-argentina**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1997.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**, t. IV. 4 ed. São Paulo: RT, 1983.

POTHIER, Robert Joseph. **Tratado das Obrigações**. Tradução de Adrian Soterro de Witt Batista e Douglas Dias Ferreira. Campinas: Servanda, 2001.

POUYAUD, Dominique. **La nullité des contrats administratifs**. Paris: L.G.D.J, 1991.

REALE, Miguel. **Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico**. São Paulo: Saraiva, 1994.

REISDORFER, Guilherme F. Dias. **Direito urbanístico contratual: dos atos negociais aos contratos de gestão urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

_____. A aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil aos processos administrativos. In: TALAMINI, Eduardo (Coord.). **Processo e Administração Pública**. Salvador: JusPodium, 2016.

RICHER, Laurent. **Droit des contrats administratifs**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2008.

RIVERO, Jean; WALINE, Jean. **Droit administratif**. 17 ed. Paris: Dalloz, 1998.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Org.). **Constituição e segurança jurídica**: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROUBIER, Paul. **Droits Subjectifs e Situations Juridiques**. Paris: Dalloz, 1963.

SAINZ MORENO. Seguridad jurídica. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, n. 55, p. 13-27, 2011.

SARAVIA, Enrique. Governança social no Brasil contemporâneo. **Revista Governança Social**, ano 3, ed. 7, Belo Horizonte, dez. 2009/mar. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/491560/GOVERNAN%C3%87A_SOCIAL_NO_BRASIL_CONTEMPOR%C3%82NEO. Acesso em 7 de fevereiro de 2017.

SARMENTO, Daniel (Org.). **Interesses públicos versus interesses privados**: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. Ubiquidade constitucional: os dois lados da moeda. **Revista de Direito do Estado – RDE**, n. 2, p. 83-118, abr./jun. 2006.

SCHIER, Paulo Ricardo. Constitucionalização do direito no contexto da Constituição de 1988. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin (coord.). **Direito constitucional brasileiro**: teoria da constituição e direitos fundamentais. São Paulo: RT, 2014.

_____. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do neoconstitucionalismo. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 5, n. 20, p. 145-165, abr./jun. 2005.

SCHIRATO, Vitor Rhein; PALMA, Juliana Bonacorsi de. Consenso e Legalidade: vinculação da atividade administrativa consensual ao Direito. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, v. 07, n. 27, p. 67-93, out. /dez. 2009.

_____. Limitações à possibilidade de anulação dos atos administrativos. **Revista de Direito do Estado – RDE**, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 195-219, out./dez. 2007.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório**: tutela da confiança e *venire contra factum proprium*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHWIND, Rafael; e KUKIELA, Marina. Câmaras de conciliação e mediação da Administração Pública: comentários ao artigo 174 do novo Código de Processo Civil. In: TALAMINI, Eduardo (Coord.). **Processo e Administração Pública**. Salvador: JusPodium, 2016.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. Da contribuição do Código Civil para o Direito Administrativo. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, n. 78, p. 1-25, out./dez. 1964.

_____. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Ticiano Alves; e ARAUJO, Liege Cunha. Teoria dos precedentes administrativos: uma apresentação. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo – ReDAC**, v. 20, ano 3, p. 123-135, set./out. 2015.

SOUZA, Teresa Cristina de. A classificação dos atos jurídicos de Léon Duguit e a concepção dos contratos no direito administrativo. In: BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; ARÊDES, Sirlene Nunes; e DE MATOS, Federico. **Contrato administrativo**: estudos em homenagem ao Professor Florivaldo Dutra de Araújo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

SOUZA, Motaui Ciochetti. **Ação civil pública e inquérito civil**. São Paulo: Saraiva, 2001.

STEINER, Renata C. **Descumprimento contratual**: boa-fé e violação positiva do contrato. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SUNDFELD, Carlos Ari. Discricionariedade e revogação do ato administrativo. **Revista de Direito Público**, n. 79, p. 132-138, 1986.

_____; CÂMARA, Jacintho Arruda. Acordos substitutivos nas sanções regulatórias. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, ano 9, n. 34, p. 133-151, abr./jun. 2011.

_____. Princípio é preguiça? In: **Direito administrativo para céticos**. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. A substância da autorização como ato jurídico perfeito protegido de alteração regulatória unilateral. In: _____. **Direito administrativo econômico**, v. 1. São Paulo: RT, 2013.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição constitucional e decisão jurídica**. 4 ed. São Paulo: RT, 2014.

TÁCITO, Caio. Transformações do direito Administrativo. **Revista de Direito Administrativo – RDA**, n. 214, p. 27-34, out./dez. 1998.

_____. Contrato administrativo. Vícios. Saneamento. In: _____. **Temas de Direito Público**: estudos e pareceres, v. 3. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e Parceria Público-Privada. In:____; e JUSTEN, Monica Spezia (Org.). **Parcerias Público-Privadas: um enfoque multidisciplinar**. São Paulo: RT, 2005.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

____. Evolução da autonomia privada e o papel da vontade na atividade contratual. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von (Coords.). **Temas de direito empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luis Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

URBANO, Hugo Evo Magro Corrêa. A transação no direito antitruste brasileiro. In: OLIVEIRA, Amanda Flávio de; RUIZ, Ricardo Machado. (Org.). **Remédios Antitruste**. São Paulo: Singular, 2011.

VALIM, Rafael. **O princípio da segurança jurídica no direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2010.

____. O princípio da segurança jurídica no direito administrativo. In:____; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

VASTA, Stefania. **La revoca degli atti amministrativi consensuali**. Parma: CEDAM, 2004.

VEDEL, Georges. **Droit administratif**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

____. **Manuel élémentaire de droit constitutionnel**. Paris: Dalloz, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: parte geral e teoria geral das obrigações e contratos**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIRGA, Pietro. **Il provvedimento amministrativo**. 4 ed. Milão: Giuffrè, 1972.

WIEACKER, Franz. **El principio general de la buena fe**. Tradução de José Luis Carro. Madri: Civitas, 1986.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **El derecho dúctil - ley, derechos, justicia**. Tradução de Marina Gascón. Madri: Trotta, 1995.

ZANCANER, Weida. **Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ZANOBINI, Guido. **Corso di Diritto Amministrativo**. 5 ed., v. I. Milão: Giuffrè, 1947.